

da idade média à contemporaneidade ambientes e musealização

Sessão 1. Na última década, assistimos a um aumento exponencial das intervenções arqueológicas em contextos urbanos. O aumento generalizado das preocupações com a defesa dos valores patrimoniais, associado à progressiva disponibilização de instrumentos de ordenamento e planeamento de âmbito municipal, o desenvolvimento de legislação aplicável e a maior eficácia das entidades responsáveis pela tutela do património edificado e arqueológico, conduziu ao desenvolvimento da arqueologia preventiva e à criação de empresas de arqueologia e gabinetes municipais.

O território leste transmontano e duriense não ficou excluído e também aqui têm vindo a ser criadas estruturas municipais ligadas à protecção e divulgação do património, e têm vindo a ser desenvolvidas intervenções importantes. Pretendeu-se com a presente sessão discutir o “estado da arte” face a este conjunto de intervenções, de características muito diversas mas que têm vindo a ocorrer nos diversos centros históricos.

Sessão 2. A organização de uma sessão relativo à conservação da natureza, prende-se com a ligação sólida entre arqueologia e o território, mas também pelas semelhanças entre problemáticas relativas à protecção e valorização do património natural e arqueológico. Debateram-se temas ligados à agricultura, ao ecoturismo, à conservação da natureza, em exemplos sectoriais e concretos, e incluiu-se uma vertente mais teórica e conceptual, relacionada com os meios de protecção e de ordenamento do património.

Sessão 5. Os processos de patrimonialização de sítios arqueológicos, na óptica da respectiva musealização, constituem o tema da presente secção, constituída no intuito de revisitar experiências concretizadas ou em projecto, no território em causa, e simultaneamente contribuir para aprofundar a sua eficácia em termos de fruição pública.

entidades organizadoras do congresso:



Centro Nacional de Arte Rupestre



Parque
Arqueológico
Vale do Côa

entidades financiadoras da edição:



COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO DA
REGIÃO CENTRO



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO



Governo da
República Portuguesa



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



04

da idade média à
contemporaneidade
ambientes e
musealização

III congresso
de arqueologia
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

Figueira de Castelo Rodrigo, 15 de Maio de 2006

04

**da idade média à
contemporaneidade**
ambientes e
musealização

**III congresso
de arqueologia**
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

índice

- 6 **prefácio**
Antônio Edmundo
- sessão 1
- 7 **introdução**
Paulo Dordio e Miguel Rodrigues
- 17 **acta 1**
O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII
Marcos Osório
- 26 **acta 2**
A vila de Vinhais: da sua fundação e amuralhamento
Armando Redentor
- 35 **acta 3**
O Castelo de Torre de Moncorvo na Idade Média face aos resultados da intervenção de 2001
António Chéney
- 43 **acta 4**
Identificação do Fosso da Cerca de Torre de Moncorvo
César Guedes
- 49 **acta 5**
Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila Real e Lamego (séc. IX-XIV)
Ricardo Teixeira
- 64 **acta 6**
As escavações arqueológicas na área urbana da Vila Velha de Vila Real
Lídia Baptista
- 79 **acta 7**
Vestígios materiais da guerra. A destruição da Capela de S. Marcos, em Trancoso, no ano de 1385
Maria Antónia Athayde Amaral, Paulo Morgado, Ricarda Moura e António Coelho Rocha
- 90 **acta 8**
Trás-os-Montes e Alto Douro na construção da economia moderna (séculos XV-XVII)
Amândio Jorge Morais Barros

sessão 2

99 **introdução**

Ana Lúcia Berliner

100 **acta 9**

Turismo de Natureza e Gestão de Áreas Naturais

José Manuel Alho

108 **acta 10**

Das Áreas Protegidas aos Parques Arqueológicos, uma analogia: o processo de criação, a gestão e os planos de ordenamento

Fernando Pau-Preto

123 **acta 11**

Exemplos da gestão do património natural do PNDI: estratégias de conservação

Vítor Baptista

sessão 5

126 **introdução**

Graça Araújo

acta 12

127 **Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa: subsídios para o programa museológico**

António Faustino Carvalho e António Nabais

acta 13

131 **Recuperar a memória da Vila Velha de Vila Real: da investigação à musealização**

Ricardo Teixeira e João Ribeiro da Silva

acta 14

154 **O santuário de São Salvador do Mundo de São João da Pesqueira. Estudo e proposta de valorização patrimonial: I – ARQUEOLOGIA**

J. A. Gonçalves Guimarães

acta 15

161 **A valorização dos povoados proto-históricos. Experiências (Citânia de Briteiros). Ideias para projectos (Senhora do Castelo – Urros)**

Francisco Sande Lemos, Carla Braz Martins e Gonçalo Cruz

acta 16

174 **Um discurso pedagógico para a arte rupestre do Vale do Côa: o processo de criação do Serviço Educativo do PAVC**

Marta Mendes

acta 17 (extra)

181 **El Mapa de Forrester – Aspectos históricos relativos a la navegación del Duero (en los 250 años de la *Região Demarcada do Douro* 1756-2006)**

Emilio Rivas Calvo e Carlos d'Abreu

ficha técnica

Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Título

Actas do III.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior

Coordenação do Congresso

Alexandra Cerveira Lima, António Martinho Baptista, António Sá Coixão

Coordenação Editorial das Actas

Alexandra Cerveira Lima, André Tomás Santos, António Martinho Baptista, António Sá Coixão, Luís Luís

Coordenação Científica da Sessão 1 Territórios de Fronteira. Reorganizações seculares (da Baixa Idade Média à Época Contemporânea)

Miguel Rodrigues, Paulo Dordio

Coordenação Científica da Sessão 2 Património Natural: Como estamos de conservação?

Ana Berliner, Dalila Correia, Jorge Silva

Coordenação Científica da Sessão 5 Musealizar em arqueologia: Experiências, horizontes, públicos

Graça Araújo

Autores

Alexandre Matos, Ana Berliner, António Chéney, António Coelho Rocha, António Edmundo, António Faustino Carvalho, António Nabais, Armândio Jorge Morais Barros, Armando Redentor, Carla Braz Martins, Carlos d'Abreu, César Guedes, Dalila Correia, Emilio Rivas Calvo, Fernando Cabral, Fernando Pau-Preto, Francisco Sande Lemos, Gonçalo Cruz, Graça Araújo, J. A. Gonçalves Guimarães, João Muralha, João Ribeiro da Silva, Jorge Silva, José Manuel Alho, Lídia Baptista, Marcos Osório, Maria Antónia Athayde, Marta Mendes, Miguel Rodrigues, Paulo Dordio, Paulo Morgado, Ricarda Moura, Ricardo Teixeira, Sandra Naldinho, Vítor Baptista

Gestão Editorial

Setepés.Arte

Revisão de Textos

Sessão 1 Autores

Sessão 2 Dalila Correia e autores

Sessão 5 Graça Araújo

Design

Gina Ferreira

Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-3-4

Depósito Leal

Tiragem

1000 Exemplares

Os trabalhos arqueológicos que agora se noticiam enquadraram-se no âmbito do projecto de construção de um edifício, sito na Rua Tomás Ribeiro, nº 18 a 26 e lote contíguo em Torre de Moncorvo, tendo sido realizados entre Janeiro e Fevereiro de 2006.

O edifício encontrava-se adossado à cerca medieval de Torre de Moncorvo, inserindo-se assim na zona de protecção do Castelo, classificado como IIP Imóvel de Interesse Público pelo Decreto 40 361, DG 228, de 20-10-1955. Este facto motivou a emissão de um parecer por parte do IPPAR, condicionando a execução do Projecto à apresentação de um Plano de Trabalhos Arqueológicos.

Os trabalhos que foram adjudicados à empresa *Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca – Arqueologia e Património Lda.*, contemplavam a abertura de quatro sondagens, acompanhamento arqueológico da remoção dos rebocos que cobriam a muralha e dos desaterros necessários à execução do projecto de arquitectura. Os alçados da muralha e do torreão foram fotografados e desenhados.¹

As sondagens arqueológicas abrangeram uma área de cerca de 20 m² localizando-se três na área de implantação do projecto e a quarta no cimo do torreão.

A estratigrafia presente nas três sondagens localizadas na área de implantação do projecto resume-se apenas a uma camada de sedimentos seguidos imediatamente pelo solo geológico (xisto). Esta camada de sedimentos resultará de uma grande regularização efectuada no solo geológico que teve como objectivo o seu nivelamento para a construção do edifício.

A sondagem efectuada no cimo do torreão revelou-nos um alinhamento de pedras graníticas, não argamassadas e irregulares que servem de apoio a um muro de xisto. Este alinhamento não respeita a orientação do muro de xisto, mas acompanha o alinhamento do alçado Oeste do torreão. Julgamos poder tratar-se do pavimento original deste torreão. A tipologia das pedras e a sua irregularidade são comuns às que se podem observar no outro torreão da cerca, localizado mais próximo do castelo (a Sul). Podemos ainda, relacionando com a observação do outro torreão, notar que as faces internas da muralha e do torreão, não se apresentam de aparelho tão regular e cuidado quanto a sua face exterior.

O pano de muralha posto a descoberto com a demolição dos edifícios mede cerca de 20.70m, incluindo a parte visível do torreão.

A muralha é construída em granito e assenta directamente no afloramento de xisto. A primeira fiada de silhares é composta por blocos graníticos que procuram adaptar-se aos contornos do afloramento e proporcionar às restantes fiadas uma certa regularidade.

Os silhares não são perfeitamente esquadriados nem têm o mesmo comprimento, mas procuram manter a mesma altura. O aparelho construtivo pode considerar-se pseudo-isódomo. É coroada por cinco ameias, que têm entre 1.60m e 1.80m de comprimento, aproximadamente 1 m de altura e os espaços entre elas medem cerca de 0.70m, porém nos primeiros metros da muralha elas terão sido destruídas (zona Norte).

Na zona Norte a muralha atinge cerca de 3.70m de altura acima do afloramento e na zona Sul possui 4.60m, esta diferença de cotas prende-se com o facto do afloramento perder gradualmente, de Norte para Sul, cerca de 1m de altura. Nesta medição consideramos a base das ameias e não o seu topo.

acta 4

Identificação do Fosso da Cerca de Torre de Moncorvo

César Guedes

¹ Os trabalhos arqueológicos foram coordenados por Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca. A direcção do trabalho de campo foi assegurada por César Guedes.

Sondagens Arqueológicas

Pano de Muralha e Torreão

Preenchendo e aproveitando o espaço entre as ameias da muralha, observamos que se procedeu à abertura de uma porta que daria acesso ao lado Este da muralha. Esta porta corresponderá ao momento em que se acrescentou ao topo da muralha um muro em xisto e que terá sido entaipada aquando da construção de um forno que se desenvolvia para o interior da cerca. A estrutura foi construída numa zona entre duas ameias, sendo perceptível uma pequena alteração no seu aparelho. Segundo Pedro Sobral de Carvalho e António Cheney, este forno terá uma cronologia do século XVIII e deve relacionar-se com o abandono do adarve (Cheney e Carvalho, 2005: 261).

O torreão destaca-se da muralha aproximadamente 3 metros na sua face voltada a Norte e cerca de 4 m na sua zona mais a Sul, prolongando-se para o interior de um edifício contíguo e deixando visível apenas cerca de 7 metros de comprimento. Apresenta na sua fiada mais alta (alçado Norte) a altura de cerca de 6 metros enquanto que na face Oeste apresenta, devido a destruição levada a cabo já no século XX, apenas aproximadamente 3.50 metros. Os seus silhares são graníticos, esquadriados e dispostos em fiadas irregulares de aparelho pseudo-isodómo.

Vestígios do Fosso

O uso de valas ou fossos como sistema defensivo é conhecido e aconselhado desde a antiguidade (Monteiro, 1999: 93). Um fosso bastante largo e profundo podia mesmo substituir, como no caso do Castro de Ovil, um sistema amuralhado (Salvador e Silva, 2000: 171). Durante a Idade Média, terá perdido alguma da sua importância, sobretudo devido ao uso da barbacã e do alambor. Tal como o fosso, a barbacã apresentava-se como uma primeira barreira e o alambor impedia (ou dificultava) o encosto de escadas e torres de assalto. De qualquer forma devemos notar que a utilização da barbacã e do alambor, não seriam impeditivas do uso do fosso.

Este tipo de estrutura conviveu de perto com a evolução das fortificações e consequentes adaptações às novas formas de fazer a guerra. Com a adaptação das estruturas militares à pirobalística e consequente redução da altura dos seus muros, o fosso tornou-se uma peça essencial na defesa das praças, circunscrevendo-as e contornando também muitos dos seus complementos avançados, como os revelins ou hornaveques.

Em época medieval, o fosso fez parte activa dos sistemas de defesa. Podemos observar o seu uso em estruturas militares do tipo mota, que terão surgido nos últimos decénios do ano Mil e prevalecido até ao século XIII (Barroca, 2003: 102). Estes montes artificiais de perfil cónico e planta circular, eram delimitados na sua periferia por um fosso e uma paliçada de madeira (Barroca, 2003: 101).

Entre nós, o fosso, a cava ou a *carcava* “foi uma solução típica do séc. XIV” (Barroca, 2003: 157). Consiste na escavação de uma vala que acompanha total ou parcialmente o perímetro de uma cerca ou castelo, protegendo-o ou reforçando algumas zonas mais sensíveis, sendo um elemento exterior de protecção. Esta vala pode ser cheia com água, deixada seca ou utilizar ambas as soluções. A sua eficiência dependeria da largura e profundidade com que era escavada.

Destinado sobretudo a impedir a aproximação de pessoas e engenhos de guerra e a evitar os trabalhos de mina ou sapa, o fosso articula-se geralmente com um outro sistema defensivo de localização exterior ao castelo: a barbacã, solução bastante mais comum.

O fosso foi sobretudo usado no Centro e Sul do País, onde a implantação dos castelos em planícies era mais vulgar. No Norte granítico, os castelos e a sua cuidada implantação no terreno dispensariam muitas vezes estas estruturas (Barroca, 2003: 157).

Das poucas referências a fossos devemos realçar as que João Gouveia Monteiro enumera referindo-se à construção, feitura ou reparação destas estruturas. Este autor refere obras entre os anos de 1358 e 1450 em 17 fossos. Do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas, regista a presença de cavas em quatro castelos: Mourão, Alandroal, Olivença e em Elvas e refere-nos outras cinco situações onde um curso de água natural substituiria a necessidade de um fosso (Vila Nova de Cerveira, Caminha, Barcelos e ainda Monção e Lapela) (Monteiro, 1999: 94-95). Por seu lado, Mário Barroca admite a existência de fossos em 12 debuxos de Duarte de Armas (21% do total de desenhos), todos localizados no Centro e Sul do País (Penamacor, Segura, Castelo Branco, Nisa, Monforte, Arronches, Ouguela, Campo Maior, Elvas, Olivença, Alandroal e Serpa) (Barroca, 2003: 157-158).

A estas referências documentais devemos também acrescentar uma outra, datada de 1366 onde nos é referido o tipo de trabalhos que competiam aos habitantes de Peredo e Urros, prestando “*adua*”, ou seja, que “*sservissem e ajudassem a ffazer ho muro da dita vyla da toor e aa barbacaa e ajudassem a aalimpar a carcova da dita vyla da torre*” (Cheney e Carvalho, 2005: 269).

Este documento revela-se de extrema importância, pois informa-nos da existência de um fosso e da intenção de construir um muro e uma barbacã. Esta é a segunda referência documental que encontramos relacionada com a barbacã de Torre de Moncorvo. A primeira data de 1337 refere-nos o contrato firmado entre o procurador do Concelho e dois mestres pedreiros, com vista à construção de “*huum portado de pedra na barvacã asu a porta do castelo*”, confirmando assim a existência de uma barbacã (Abreu, 1999: 27). A segunda referência (de 1366) não confirma a existência de uma barbacã, referindo-nos apenas a obrigatoriedade dos habitantes de Peredo e Urros de ajudarem e servirem na sua construção. Não sabemos se a barbacã existente em 1337 continuaria a existir em 1366, ou se nesta data se propunha a construção de uma nova. Das intervenções arqueológicas levadas a cabo em Torre de Moncorvo, não resultaram evidências claras no que concerne à existência de uma barbacã seja ela extensa ou de porta.

Durante o acompanhamento da remoção de terras registamos uma vala que pelas suas características pensamos tratar-se de vestígios da “*carcova*” mencionada no documento de 1366.

Esta vala é escavada no afloramento de xisto e apresenta um perfil irregular, ovalado junto ao torreão, rectangular na zona central da sua extensão e no topo Norte apresenta-se com ligeiro declive. Acompanha a muralha granítica de forma paralela sendo a distância do eixo da vala à muralha de cerca de três metros. Prolonga-se desde a face Norte do torreão até ao limite Norte da área sujeita a intervenção arqueológica medindo cerca de catorze metros de comprimento e variando na sua largura entre dois metros (nos extremos) e aproximadamente três metros na zona central. Prolonga-se tanto por baixo dos edifícios a Norte, como também para Sul, sob o torreão.

Como já referimos anteriormente, o afloramento sofreu uma grande regularização. Este facto impede-nos de afirmar com segurança a profundidade e a largura original desta estrutura. Porém, podemos tentar inferir as medidas do desnível que ela criava. Partindo do embasamento da muralha e medindo até à profundidade máxima da vala, podemos dizer que no limite Norte atingiria a profundidade de 3.08 metros, ao centro, 2.78 metros e a Sul, cerca de 2 metros.

A relação dos vestígios do fosso com o torreão leva-nos a afirmar que ele é anterior à data da construção do torreão. De facto, ao observarmos o topo Sul, verificamos que o embasamento do torreão preenche, acompanha e assenta na sua escarpa.

O torreão e a muralha de granito terão sido mandados construir provavelmente no reinado

de D. Pedro I, (documento de 1366) reforçando as estruturas defensivas e dotando a vila de um muro e de uma barbacã. Do documento onde nos é fornecida esta informação, é-nos também dito que para além destas novas estruturas, era também necessário limpar a carcova da vila (Cheney e Carvalho, 2005: 269). Não seria de estranhar que a construção do torreão de granito venha sobrepor-se e inutilizar um trecho do fosso. De facto, ao analisar a muralha, observamos que a cota do afloramento desce, perdendo cerca de 1 metro até à zona onde se implanta o torreão. A construção desta estrutura reforçou a defesa da muralha numa zona mais permeável.

A distância entre os vestígios do fosso e a muralha de granito é de cerca de três metros, porém pensamos que este se articula com a cerca de xisto de D. Dinis e não com a cerca de granito existente. Assim, a distância entre o eixo do fosso e a cerca de xisto de D. Dinis será aproximadamente de 10 metros. A cerca mandada construir por D. Dinis em 1295 tem a mesma orientação e é acompanhada paralelamente pela cerca construída em granito. Esta cerca foi parcialmente exposta pela intervenção arqueológica levada a cabo em 2001 (Cheney e Carvalho, 2005: 254).

Conclusões

No que respeita aos resultados dos trabalhos arqueológicos, podemos afirmar que apenas uma sondagem nos trouxe informações pertinentes. Foi a sondagem localizada no cimo do torreão, que permitiu identificar um alinhamento em granito que julgamos poder tratar-se de vestígios do pavimento do torreão.

Os trabalhos de acompanhamento da intervenção no edificado trouxeram resultados importantes para a compreensão da fortificação, pois permitiram expor o pano de muralha com as suas ameias e o alçado Norte do Torreão. Permitiram também identificar diferentes fases de utilização da muralha, tais como a abertura de uma porta para o interior da cerca, a construção de um forno e diferentes negativos de pisos ou sobrados.

O acompanhamento da remoção de terras permitiu-nos identificar e registar dos vestígios do fosso da Cerca de Torre de Moncorvo referido no documento de 1366.

Estes resultados são animadores e por isso achamos importante que de futuro se procure definir não só a extensão do fosso e a sua orientação, mas também confirmar a existência das barbacãs mencionadas nos documentos de 1337 e 1366.

figuras

fig. 1 Carta Militar 1:25000, Folha n.º 130.

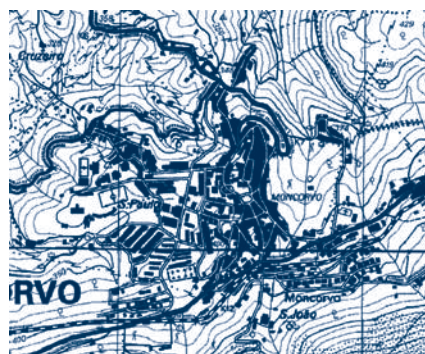
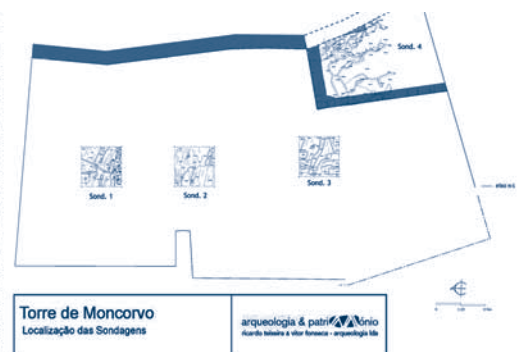


fig. 2 Planta de localização das sondagens.



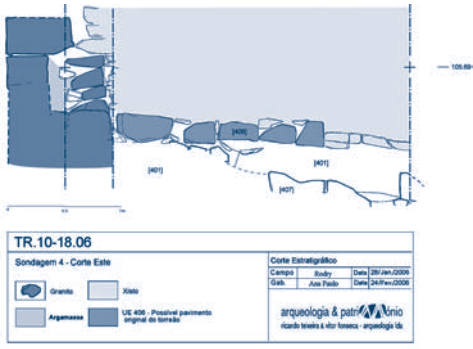


fig. 3 Alinhamento de pedras, possível pavimento original do torreão.

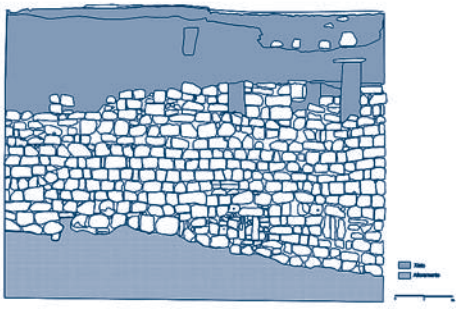


fig. 5 Pano de muralha da cerca de Torre de Moncorvo onde são visíveis ainda algumas ameias.



fig. 6 Alçado da muralha.

fig. 7 e 8 Alçados do Torreão.

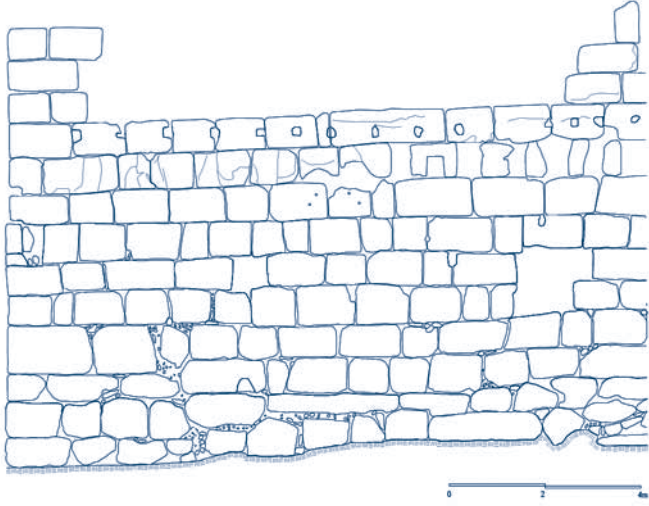
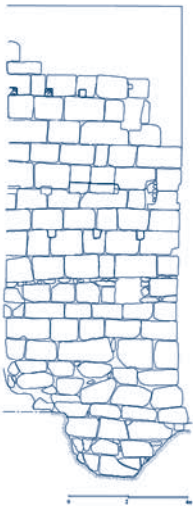


fig. 9 Alçado Norte do Torreão.

fig. 10 Alçado Oeste do Torreão.

fig. 11 Pormenor da base do torreão preenchendo o fosso.

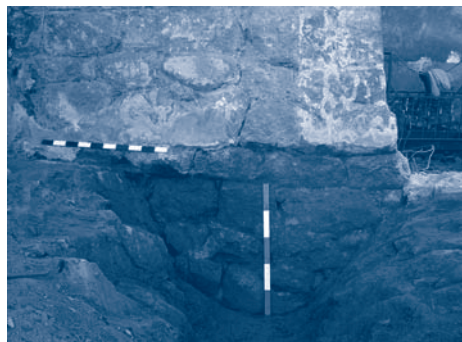
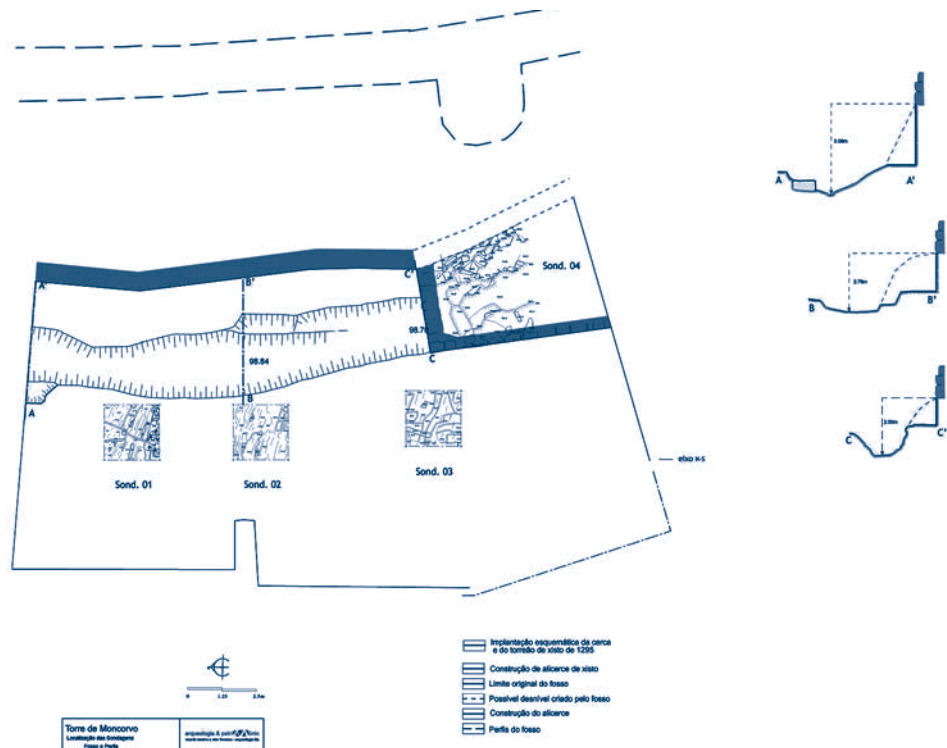


fig. 12 Localização e perfis do fosso, implantação esquemática da cerca em xisto de D. Dinis.



Bibliografia

ABREU, C. d' (1999) – *A criação do Concelho de Torre de Moncorvo, construção da fortaleza na sua sede e respectiva forma urbana*. In BARROCA, M. J. – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam. Vol. I*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 23-32.

BARROCA, M. J. (2003) – *Da reconquista a D. Dinis. Arquitectura Militar*. In MATTOSO, J., coord. – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Círculo de Leitores.

CHENEY, A.; CARVALHO, P. S. de (2005) – *O Castelo de Torre de Moncorvo: resultados da intervenção de 2001*. Coavisão: Cultura e Ciência. Vila Nova de Foz Côa. 7, p.251-273.

MONTEIRO, J. G. (1999) – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri (Estudos da Faculdade de Letras de Coimbra; 29).

SALVADOR, J. F.; SILVA, A. M. S. P. (2000) – *Da Descoberta do Castro de Ovil à criação de um Gabinete de Arqueologia*. Al-madan. Almada. 2.ª série. 9, p.169-173.